

**Reforçar o Partido, avançar com a luta.
Construir a alternativa patriótica e de esquerda.**

Proposta de Moção

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Trava-se em Portugal uma intensa luta em torno dos serviços públicos.

De um lado, colocam-se aqueles que querem mercantilizar os serviços públicos, para os transformar em negócios geradores de rendas para os capitalistas, para os utilizar como mecanismo de apropriação de fundos públicos através das parcerias público-privadas, e para elitizar o acesso aos bens e serviços essenciais através de critérios economicistas.

Do outro, colocam-se aqueles que pretendem a crescente socialização dos serviços públicos, para garantir que estes são cada vez mais universais e promovem uma efectiva melhoria da qualidade de vida do povo português, e que defendem as funções sociais do Estado e o carácter público dos serviços públicos.

Como tem sido uma constante ao longo do processo contra-revolucionário português, o recurso à mentira é uma arma recorrente nas tentativas sucessivas de liquidar as conquistas da revolução. Ancorados num domínio crescente dos meios de comunicação social, multiplicam-se as campanhas que falsificam a realidade, escondem as alternativas e formatam «inevitabilidades». Assim também se estrutura a ofensiva sobre os serviços públicos: os «mercados» e a «concorrência» são-nos apresentados como realidades divinas, aos pés dos quais nos devemos ajoelhar e a quem devemos mendigar a nossa própria sobrevivência; diaboliza-se a administração pública e santifica-se a administração privada, apesar dos poderosos desmentidos que a realidade produz a cada dia.

A luta em torno dos serviços públicos - do acesso à educação e à saúde, do acesso à segurança social, do acesso às redes de água, electricidade, gás e telecomunicações, do acesso ao transporte público e ao saneamento - é um elemento central da ofensiva do grande capital contra os trabalhadores e o povo, e é um elemento estruturante da alternativa, quer no plano da política alternativa que propomos quer da acumulação da força para a conquistar.

Assim, a VIII AORL decide:

1. Intensificar a luta de resistência em defesa dos serviços públicos ameaçados pela política de direita, promovendo sempre a mais ampla convergência nessa luta e estimulando a crescente participação e organização dos trabalhadores e das populações.
2. Apelar à intensificação da luta de resistência contra os processos em curso de privatização dos transportes públicos, de privatização do saneamento e higiene urbana, de aumento brutal do custo da água, de municipalização da educação e de outras funções sociais do Estado, de destruição do Serviço Nacional de Saúde.
3. Apelar à intensificação da luta das populações pelo acesso aos serviços públicos, seja pela recuperação de direitos perdidos, seja pela conquista de novos direitos, colocando as necessidades e aspirações do povo português no centro da luta e da alternativa.
4. Afirmar a política alternativa, patriótica e de esquerda que o PCP propõe, uma política capaz de responder aos problemas do País e às aspirações dos trabalhadores e do povo, e onde um dos eixos centrais é a defesa dos serviços públicos e das funções sociais do Estado.